

SEGUNDA TURMA

14/09/2010

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.000 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE. (S) : JEQUITIBA ENGENHARIA E COMÉRCIO DE
IMÓVEIS LTDA
ADV. (A/S) : MÁRCIO DE OLIVEIRA DE SANTOS E
OUTRO (A/S)
AGDO. (A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO
PAULO
INTDO. (A/S) : LUIZ MIRANDA
ADV. (A/S) : ARMANDO GENARO

EMENTA: DIREITO FINANCEIRO. PRECATÓRIO.
INADIMPLEMENTO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE NOVO PRECATÓRIO.
HIPÓTESE DE CABIMENTO. ART. 336, V DO REGIMENTO INTERNO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ART. 100, § 4º DA
CONSTITUIÇÃO.

1. Na ADI 2.925, esta Corte deu interpretação conforme o art. 336, V do RITJ/SP, sem redução de texto, para o fim de ficar assentado que "*pagamentos complementares*", referidos no citado preceito regimental, são somente aqueles decorrentes de erro material e inexatidão aritmética, contidos no precatório original, bem assim da substituição, por força de lei, do índice aplicado. Respeito à regra da estrita legalidade orçamentária.

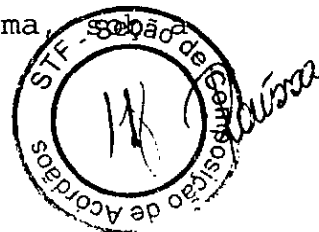
2. Não obstante, a regra da estrita legalidade orçamentária não pode ser manipulada para postergar, indefinidamente, o pagamento dos valores devidos pelo Estado por força de sentenças transitadas em julgado. O pagamento parcial de valor previsto na lei orçamentária é fato grave, que deve ser apurado a tempo e modo próprios.

3. Hipótese em que presente litígio sobre a aplicação de índices (BTN vs. IPC).

Agravo regimental ao qual se nega provimento.

A C Ó R D ã O

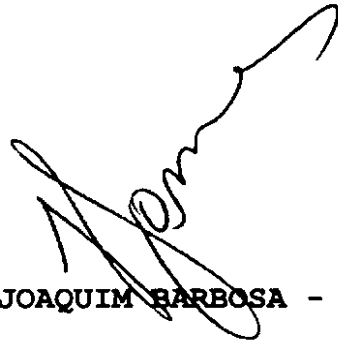
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma,



RE 472.000-AgR / SP

presidência do ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 14 de setembro de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Joaquim Barbosa', is written over the printed name.

JOAQUIM BARBOSA - Relator

14/09/2010**SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.000 SÃO PAULO**


RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
AGTE. (S) : JEQUITIBA ENGENHARIA E COMÉRCIO DE
IMÓVEIS LTDA
ADV. (A/S) : MÁRCIO DE OLIVEIRA DE SANTOS E
OUTRO (A/S)
AGDO. (A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO
PAULO
INTDO. (A/S) : LUIZ MIRANDA
ADV. (A/S) : ARMANDO GENARO

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que tem o seguinte teor:

"DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição) interposto de acórdão prolatado por Tribunal de Justiça que considerou válida decisão pela complementação de valor devido a título de indenização por desapropriação (em fase de execução - precatório), dispensando nova citação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

O Plenário desta Corte, no julgamento do RE 155.979 (rel. min. Marco Aurélio, DJ 23.02.2001), firmou o entendimento de que, no parcelamento dos precatórios previsto no art. 33 do ADCT, não são devidos juros moratórios, porquanto, nesse caso, não se caracteriza inadimplemento pelo Poder Público, nem juros compensatórios, em virtude da referência apenas aos remanescentes e às parcelas tidas como iguais e sucessivas. No mesmo sentido: RE 157.901 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ 30.08.1996), RE 141.633 (rel. min. Carlos Velloso, DJ 1º.09.1995) e RE 148.512 (rel. min. Ilmar Galvão, DJ 02.08.1996).



RE 472.000-AgR / SP

Ocorre que, na hipótese dos autos, as parcelas referentes à moratória prevista no art. 33 do ADCT não foram pagas no prazo determinado pela Constituição.

A Segunda Turma, analisando circunstância semelhante a presente, entendeu que, em havendo mora no pagamento dessas parcelas, incidem juros moratórios. Confira-se, a propósito, a decisão no RE 193.210 (rel. min. Néri da Silveira, DJ 29.05.1998):

"Recurso extraordinário. 2. Desapropriação. Indenização. Precatórios. 3. ADCT de 1988, art. 33. Juros. 4. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição de 1988, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago, segundo o art. 33 do ADCT, em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo, até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição. 5. Jurisprudência do Plenário e Turmas do STF, segundo a qual o art. 33 do ADCT não autoriza o cômputo de juros moratórios e compensatórios, quanto a essas dívidas, após a promulgação da Constituição. Cumpre, entretanto, entender que juros moratórios, relativamente a cada parcela, são devidos, na hipótese de suceder inadimplência da Fazenda Pública, quanto ao respectivo pagamento, fluindo os juros moratórios a partir da data aprazada para a satisfação da parcela e até venha o pagamento, em concreto, efetivamente, suceder. Ressalvada essa situação, não há, todavia, falar em fluência de juros, referentemente a cada parcela, desde a data da Constituição e até o pagamento. Reserva o art. 33 do ADCT, tão só, atualização do valor da parcela devida. 6. Recurso extraordinário, nessa parte, conhecido, e provido, ficando, entretanto, explicitado

RE 472.000-AgR / SP

que juros moratórios serão cabíveis, se houver inadimplência quanto ao pagamento de cada parcela, desde a data em que devida e até o efetivo pagamento. 7. Recurso extraordinário não conhecido, na parte em que pretende discutir índices de atualização monetária, por se cuidar de matéria infraconstitucional e de aplicação de legislação ordinária. Inexistência de ofensa direta e frontal ao art. 5º, XXIV, da Constituição. 8. Recurso extraordinário conhecido, em parte, quanto a juros, e, nessa parte, provido parcialmente, nos termos do voto do relator."

Soma-se a esse julgado a decisão proferida no AI 224.048-AgR (rel. min. Marco Aurélio, DJ 18.06.1999).

Desse entendimento não divergiu o acórdão recorrido.

Não obstante, lembro que a controvérsia é anterior à Emenda Constitucional 37, de 12.06.2002, que acrescentou o § 4º ao art. 100 da Constituição, vedando a "expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago".

Em referência a período anterior à Emenda 37/2002, esta Corte firmou o entendimento de que, para a expedição do precatório complementar no caso de pagamento a menor, é obrigatória a obediência ao procedimento previsto no art. 100 da Constituição. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CÁLCULO COMPLEMENTAR. Indispensabilidade de expedição de precatório, a ser processado na forma prevista no art. 100 e parágrafos, da Constituição, não havendo cabimento para notificação, ao Poder Público, no sentido de que promova a complementação do pagamento em prazo assinado pelo Juiz. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 168.019, rel. min. Ilmar Galvão, DJ de 02.08.1996)

RE 472.000-AgR / SP

"AGRAVO REGIMENTAL NA INTERVENÇÃO FEDERAL. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. DEPÓSITO PARCIAL. CÁLCULO COMPLEMENTAR DE LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE DA EXPEDIÇÃO DE NOVO PRECATÓRIO. PRECEDENTES. 1. Precatório de natureza alimentar. Complementação do depósito para quitação do débito, somente quando comprovada a existência de erro material, aritmético ou de inexatidão dos cálculos. Precedente. 2. Eventual diferença apurada no cálculo complementar da liquidação. Pagamento imediato. Impossibilidade. Exigência da expedição de novo precatório. 3. Hipótese anterior à Emenda Constitucional 37/2002, que veda a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago. Agravo regimental a que se nega provimento." (IF 4.211-AgR, rel. min. Maurício Corrêa, DJ de 28.05.2004)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INDISPENSABILIDADE. Esta Corte firmou entendimento no sentido de ser necessária a expedição de precatório, a ser processado na forma estabelecida no artigo 100 e parágrafos, da CB/88, não havendo cabimento para notificação, ao Poder Público, no sentido de que realize a complementação do pagamento em prazo determinado pelo Juiz. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento." (AI 488.047-AgR, rel. min. Eros Grau, DJ de 08.04.2005)

No mesmo sentido, ainda, as seguintes decisões monocráticas: RE 428.664 (rel. min. Carlos Britto, DJ de 14.04.2003), AI 489.231 (rel. min. Celso de Mello, DJ de 18.11.2004), RE 413.084 (rel. min. Nelson Jobim, DJ de 11.03.2004), AI 494.442 (rel. min. Gilmar Mendes, DJ de 09.08.2005), AI 487.699 (rel. min. Sepúlveda Pertence, DJ de 18.03.2005), AI 449.596 (rel. min. Ellen Gracie, DJ de 19.11.2003) e AI 437.376 (rel. min. Cezar Peluso, DJ de 14.02.2005).

RE 472.000-AgR / SP

Portanto, nos termos da sólida jurisprudência firmada na Corte, o pagamento de valor remanescente de precatórios judiciais deve obedecer ao rito previsto no art. 100 da Constituição, com a citação da Fazenda Pública e a expedição de novo precatório.

Do exposto, dou parcial provimento ao recurso extraordinário, a fim de que seja expedido novo precatório, com o valor remanescente, em conformidade com o rito do art. 100 da Constituição da República.

Publique-se." (Fls. 192-195).

Sustenta-se, em síntese, a inaplicabilidade do art. 100, § 4º da Constituição ao caso, na medida em que a jurisprudência acolhe a complementação sempre que a sentença transitada em julgado prever a contagem de juros "até o depósito integral da dívida" (proteção da coisa julgada - fls. 202).

É o relatório.

RE 472.000-Agr / SP**V O T O****O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

Em que pesem as razões expendidas pela parte-agravante, a decisão se mantém por seus próprios fundamentos.

Na ADI 2.925, esta Corte deu interpretação conforme ao art. 336, V do RITJ/SP, sem redução de texto, para o fim de ficar assentado que "*pagamentos complementares*", referidos no citado preceito regimental, são somente aqueles decorrentes de erro material e inexatidão aritmética, contidos no precatório original, bem assim da substituição, por força de lei, do índice aplicado. Respeito à regra da estrita legalidade orçamentária.

Como expus em voto-vogal na ADI 2.925, "*a constituição e a revisão de créditos, por cálculo complementar fundado em evento não previsto ou pressuposto pela sentença judicial transitada em julgado, demandam que os valores apurados sejam apresentados ao devedor pelo procedimento previsto no art. 100 da Constituição*". O objetivo é assegurar a regra constitucional da estrita legalidade orçamentária, que vincula a realização de qualquer despesa à prévia autorização legislativa.

Não obstante, a regra da estrita legalidade orçamentária não pode ser manipulada para postergar, indefinidamente, o pagamento dos valores devidos pelo Estado por força de sentenças transitadas em julgado. O pagamento parcial

RE 472.000-AgR / SP

de valor previsto na lei orçamentária é fato grave, que deve ser apurado a tempo e modo próprios. A apresentação de argumentos frívolos ou reiteradamente rechaçados pela jurisprudência são sintomas do abuso do dever-poder de proteção do erário.

Ademais, relembro que, por ocasião do julgamento da ADI 2.925, o Estado de São Paulo afirmou categoricamente concordar com a observância da ordem cronológica original nas hipóteses de mero inadimplemento.

Por oportuno, registro trecho da intervenção feita na época e dos debates que se seguiram:

"O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas qual seria a outra situação para ter-se complementação? Complementação, como disse, pela ordem natural das coisas, pressupõe insuficiência. Insuficiência tendo em conta o valor estampado no precatório.

O SR. ELIVAL DA SILVA RAMOS (Advogado) - Senhora Presidente, peço a palavra para um esclarecimento em matéria de fato.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE(PRESIDENTE) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ELIVAL DA SILVA RAMOS (Advogado) - É apenas um esclarecimento, principalmente em razão da dúvida levantada pelo Ministro Marco Aurélio. **Realmente, o Estado concorda com a interpretação conforme, no sentido de que a complementação existirá quando for insuficiente o pagamento ou inexatidão de erro material.** O problema é que nós vivemos, no passado, um cipoal de índices. Então, o cálculo foi feito, imaginemos, utilizando-se a BTN e seus consectários. O Estado pagou o seu débito atualizado pela BTN, como deveria ser. Após feito o pagamento, o Tribunal de Justiça, para dar quitação ao precatório, refaz o cálculo e diz: não, mas BTN não era o índice

RE 472.000-AgR / SP

que deveria valer; o índice que deveria valer é o IPC. E aí emite essa complementação, porque entendeu que o índice anterior estava errado, pelo qual tinha sido feita a conta.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) -
Não se trata de mera correção de erro material. É a aplicação de um novo índice.

O SR. ELIVAL DA SILVA RAMOS (Advogado) - E isso continua sendo feito pelo Tribunal de Justiça, mesmo após a Emenda Constitucional nº 37. É sistemática a expedição desses ofícios complementares nessas hipóteses".

No caso em exame, o acórdão recorrido alude à disputa entre o BTN e o IPC como índices de correção monetária, de modo a confirmar a imprevisibilidade da requisição complementar, considerado o precatório até então expedido (Fls. 145).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

É como voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.000

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S) : JEQUITIBA ENGENHARIA E COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA

ADV.(A/S) : MÁRCIO DE OLIVEIRA DE SANTOS E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

INTDO.(A/S) : LUIZ MIRANDA

ADV.(A/S) : ARMANDO GENARO

Decisão: Negado provimento ao agravo regimental. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 14.09.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador